



LEI Nº 4.465, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre a regulamentação do transporte escolar no âmbito do Município de Jóiá.

O Prefeito de Jóia, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber, em cumprimento ao disposto no artigo 41, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Fica regulamentado o serviço de transporte escolar, prestado diretamente ou terceirizado, no âmbito do Município de Jóia/RS.

Art. 2º A Secretaria Municipal da Educação, fica responsável pela execução e fiscalização do transporte escolar, devendo, para tanto, coordenar os trabalhos a ser realizados pelo servidor envolvido.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Educação definirá anualmente:

- I – Os itinerários e os horários do transporte escolar;
- II - Pontos de embarque e desembarque;
- III - Critérios de acompanhamento e fiscalização do programa;
- IV - Os meios necessários para fiscalização dos contratos terceirizados.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Rua Dr. Edmar Kruehl, 188 – Centro – CEP 98.180-000 – Jóia – RS

Telephone: (55) 3318-1300 – <http://www.joia.rs.gov.br> – e-mail: gabinete@joia.rs.gov.br – CNPJ 89.650.121/0001-92

Autenticação Autenticando no site enttiosn/c/sitae. dltpas/A/47fBd1C8A76D226A utilizando a chave "24768888C8A76D226A"



Art. 6º Ficará sob responsabilidade das Unidades Escolares realizar o cadastro dos alunos beneficiados com o transporte escolar no início de cada período letivo e a atualização no decorrer do ano.

Art. 7º O cadastro deve constar, minimamente:

I - Nome do aluno, contato telefônico do responsável, a série que está matriculado;

II - Comprovante de residência atualizado ou mediante declaração do proprietário do imóvel se alugado;

III - Distância percorrida entre sua residência e a Escola.

CAPÍTULO II

DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Art. 8º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de continuidade, regularidade, atualidade, segurança, higiene, cortesia e eficácia na sua prestação.

Art. 9º Para fins do disposto nesse artigo, considera-se:

I - Continuidade: a prestação dos serviços com a observância rigorosa do calendário letivo, das datas, dos turnos e trajetos dispostos para o transporte escolar;

II - Regularidade: a observância dos horários dispostos para cada trajeto do transporte escolar;

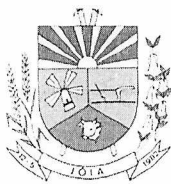
III - Atualidade: a adequação das técnicas, dos veículos, dos equipamentos, das instalações e de sua conservação, conforme os padrões mínimos exigidos em edital licitatório;

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Rua Dr. Edmar Kruel, 188 – Centro – CEP 98.180-000 – Jóia – RS

Telephone: (55) 3318-1300 – <http://www.joia.rs.gov.br> – e-mail: gabinete@joia.rs.gov.br – CNPJ 89.650.121/0001-92

Autenticação Autenticando no site enttiosn/c/sitae. dltpas/A/47fBd1C8A76D226A utilizando a chave "2A76888C28A76D226A"



Art. 11 O serviço de transporte escolar deve ser adequado, atendendo plenamente os usuários, nos termos desta Lei e sem prejuízo de outras exigências expressas no processo licitatório e nas normas pertinentes.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS ESTUDANTES USUÁRIOS

Art. 12 São direitos dos estudantes, usuários dos serviços de transportes:

- I - Receber serviço adequado;
- II - Receber do Município e dos prestadores contratados informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III - Protocolar, por escrito ou comunicação verbal reduzida a termo, à autoridade competente, os atos ilícitos ou irregularidades de que tenham conhecimento, decorrentes do serviço prestado;
- IV - Obter informações sobre os veículos e condutores com objetivo de acompanhar a adequação as normas legais e regulamentares exigidas para o transporte escolar, bem como sobre os trajetos, horários e outras exigências a serem garantidas aos usuários;
- V - Oferecer sugestões de melhoria dos serviços, mediante protocolo no Secretaria Municipal de Educação.

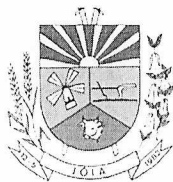
Art. 13 São obrigações dos estudantes usuários:

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Rua Dr. Edmar Kruehl, 188 – Centro – CEP 98.180-000 – Jóia – RS

Telefone: (55) 3318-1300 – <http://www.joia.rs.gov.br> – e-mail: gabinete@joia.rs.gov.br – CNPJ 89.650.121/0001-92

Autenticação Autenticando no site enttiosn/csite. diltpas/A/57BBd1C8A76D226A' utilizando a chave '2A568B8C28A76D226A'



II - Para estudantes com deficiência e diagnosticadas com transtorno do espectro autista (TEA), mediante apresentação de laudo médico que especifique o nível e a necessidade de auxílio/apoio;

III - Aos estudantes com idade de 04 (quatro) a 07 (sete) anos, nas distâncias superiores a 300 (trezentos metros) entre a residência e o ponto de embarque e desembarque;

IV - Aos estudantes com idade de 08 (oito) a 12 (doze) anos, nas distâncias superiores a 1.200 (um mil e duzentos metros) entre a residência e o ponto de embarque e desembarque;

V - Os estudantes com idade a partir de 13 (treze) anos, deverão se deslocar até ponto de embarque e desembarque.

§ 1º A distância máxima entre a residência e o ponto de embarque e desembarque não deverá ser superior a 2.000 (dois mil metros).

§ 2º O direito ao serviço de transporte é garantido, exclusivamente, no ensino regular, nos turnos e escolas da rede Municipal e Estadual, quando conveniado, de ensino em que os alunos estejam matriculados e, excepcionalmente, em turno diverso, quando solicitado pela escola, para atividades de reforço pedagógico e atividades afins, quando houver vaga nos veículos.

§ 3º Na hipótese do estudante optar por matrícula em escola diversa da indicada pela Secretaria Municipal da Educação, a partir de seu endereço residencial, este ficará diretamente responsável pelo seu transporte até a respectiva unidade escolar, sem ônus ao Município.

Art. 17 Em casos extraordinários, quando não houver oferta de vagas, no mínimo em 2 (duas) escolas mais próximas da residência do aluno, o transporte escolar poderá ser concedido à escola mais distante da residência do aluno, mediante entrega



IV - Autorização do órgão estadual para o transporte de escolares, fixada em local visível na parte interna do veículo, com inscrição da lotação permitida;

V - Cintos de segurança em número igual à lotação;

VI - Seguro total para cobertura de eventuais danos aos passageiros e veículo.

Art. 26 A Administração poderá proceder a novas exigências relativas às condições de segurança, higiene e comodidade dos usuários ou para atender a outras razões de interesse público.

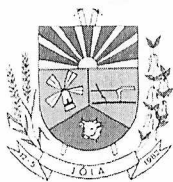
Art. 27 Quando da contratação de terceiros, o Município exigirá a idade máxima dos veículos, de modo a garantir a segurança e qualidade do serviço prestado.

§ 1º A Administração adotará política de incentivo a renovação de frota dos prestadores de serviços, com a redução gradual da idade dos veículos destinados ao transporte escolar, conforme segue:

- a) Para o ano de 2026, o veículo deverá ter no máximo 30 anos de uso;
- b) Para os anos de 2027 e 2028, o veículo deverá ter no máximo 25 anos de uso e;
- c) Para o ano de 2029, o veículo deverá ter no máximo 20 anos de uso;

§ 2º Independentemente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pela legislação aplicável ou pelo Município.

Art. 28 Será vedada a execução dos serviços de transporte escolar por veículos que não possuam licença de vistoria ou que não tenham sido cadastrados previamente para execução do transporte.



Art. 29 Os veículos terceirizados que realizam o transporte escolar deverão ser vistoriados pelo órgão competente, na periodicidade da legislação vigente, devendo o responsável fazer prova semestral junto ao setor de transporte da Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo único. O laudo de vistoria emitido pelo órgão competente será afixado na parte interna do veículo, em local visível aos usuários e à fiscalização.

CAPÍTULO V

DOS CONDUTORES DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 30 Os condutores do transporte escolar deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito e demais legislações vigentes aplicáveis, bem como as regras estabelecidas no edital de processo licitatório.

Art. 31 Somente poderão conduzir veículos escolares os condutores previamente aprovados pelo Município e cadastrados no processo licitatório, mediante comprovação das seguintes condições:

I - Ter idade superior a 21 anos:

II - Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria mínima "D" (inciso IV, art. 143, Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 - CNT);

III - Ausência de infração de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;

IV - Comprovar a aprovação em curso especializado para o transporte escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

V - Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, renovável a cada ano:

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Rua Dr. Edmar Kruehl, 188 – Centro – CEP 98.180-000 – Jóia – RS

Telephone: (55) 3318-1300 – <http://www.foia.rs.gov.br> – e-mail: gabinete@foia.rs.gov.br – CNPJ 89.650.121/0001-92

[illegible]



VI - Outras exigências da legislação de trânsito.

Art. 32 É vedado outro condutor dirigir o veículo de transporte escolar, salvo por motivos de doença (apresentando atestado médico) ou força maior, desde que comunicado com antecedência ao Setor de Transporte Escolar.

Parágrafo único. Sempre que houver ingresso de novos condutores, estes deverão cumprir todas as condições e exigências especificadas para a condução do veículo.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE
TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 33 Incumbe aos prestadores de serviços:

- I - Prestar serviço adequado, na forma da Lei e demais normas;
- II - Manter em dia o licenciamento dos veículos de transporte escolar;
- III - Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais;
- IV - Zelar pelas condições plenas de segurança e higiene dos veículos na forma prescrita pelo Município;
- V - Observar os horários e roteiros determinados pelo Município, inclusive quando houver alteração durante a vigência do contrato;
- VI - Prestar informações e apresentar documentos na forma e frequência determinadas pelo Município;



VII - Cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do CONTRAN e as demais normas aplicáveis ao transporte escolar;

VIII - Permitir ao encarregado da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos de transporte escolar;

IX - Em caso de substituição de veículos, deverá ser comunicada a Secretaria Municipal de Educação, com a indicação do veículo a ser substituído e as características do veículo substituto, cabendo ao referido órgão a aprovação ou rejeição da proposta, avaliação da documentação e a inspeção veicular, devendo ainda ser observado o disposto no Capítulo IV desta Lei;

X - Não permitir passageiros em pé;

CAPÍTULO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 34 Consideram-se infrações imputadas ao condutor e/ou prestador de serviço, passíveis de punição:

I - Fumar cigarro e assemelhados enquanto conduz o veículo;

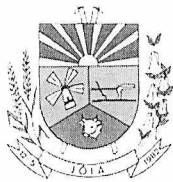
II - Omitir informações solicitadas pela Administração;

III - Desobedecer às orientações da fiscalização;

IV - Conduzir veículo fora do itinerário;

V - Faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;

VI - Deixar de realizar vistoria no prazo estabelecido;



- VII - Manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;
- VIII - Deixar de comunicar o setor de transportes as alterações de endereço e telefone;
- IX - Realizar o transbordo de passageiros sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação, salvo motivo de força maior;
- X - Embarcar ou desembarcar alunos em escolas não autorizadas pela Administração;
- XI - Desobedecer às normas e regulamentos estabelecidos;
- XII - Não cumprir os horários determinados pelo setor de Transporte, salvo motivo de força maior;
- XIII - Trafegar com porta abertas;
- XIV - Alterar ou rasuras o selo de vistoria;
- XV - Confiar a direção dos veículos a condutores que não estejam devidamente autorizados pelo setor de transportes, salvo em situações de emergência, desde que o condutor seja devidamente habilitado segundo as normas de trânsito;
- XVI - Negar a apresentação dos documentos à fiscalização;
- XVII - A prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a Administração pública ou a prestação dos serviços públicos;
- XVIII - Deixar de operar os trajetos sem motivo justificado pelo período de dois dias letivos consecutivos;
- XIX - Colocar em operação veículo não autorizado;



PREFEITURA MUNICIPAL

JÓIA

RUA DR. EDMAR KRUEL, 188 - 98180-000

89.650.121/0001-92

Manifesto do Documento

Para confirmar a integridade do documento, basta informar a chave de autenticação (A47BB1C8A76D226A) no site:

Autenticação



A47BB1C8A76D226A

Assinatura Eletrônica Simples



Identificação: CATIA CRISTINA PADILHA MULLER

CPF: 962***.***15

Assinado em: 08/01/2026 14:43:51

Local: IP: 177.44.202.109 Geolocalização: -28.645786, -54.116352

Hash do documento (SHA-256): 168cde75f6247a53858daf6c066b30bfd389d6f3076a49de2ded0f2697fd3e28

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.

